

Assunto: Desembargador Frederico Neves entrega convite da posse no DP	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 28/01/2014
Editoria: VIVER	Seção: João Alberto

DIÁRIO de PERNAMBUCO



ALCIONE FERRIANDI/D.P.A. PRESS

O desembargador Frederico Neves, que veio entregar o convite para sua posse na presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, dia 6, com nossos diretores Jozil Barros e Guilherme Machado

Assunto: Neves vai priorizar celeridade na gestão

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 28/01/2014

Editoria: POLÍTICA

Seção:

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Neves vai priorizar celeridade na gestão

Novo presidente do TJPE já programa as ações que pretende implementar durante sua administração

Prestes a assumir a presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o desembargador e ex-corregedor-geral da instituição Frederico Ricardo de Almeida Neves está cheio de planos para o biênio 2014-2015. Os seus projetos se pautam em dar maior celeridade ao Poder Judiciário. A mesa diretora só toma posse no dia 6 de fevereiro, mas, na agenda, já estão programadas ações como o provimento dos 204 cargos vagos de juiz no estado e a expansão do processo judicial eletrônico em todas as varas estaduais. Ao lado do desembargador também assumem, de forma inédita, em Pernambuco, dois vice-presidentes do TJPE: Leopoldo Raposo e Fernando Ferreira. Já na corregedoria-geral será empossado o desembargador Eduardo Paurá Peres.

Em visita à sede dos *Diários Associados* no Nordeste, onde foi recebido pelo presidente Jozell Barros e pelo diretor-geral Guilherme Machado, Frederico Neves explicou suas propostas. "Trabalho em cima de três pilares: celeridade, luta intransigente contra a corrupção e atendimento da demanda reprimida para aproximar o Judiciário dos cidadãos", afirmou. Segundo ele, o serviço judicial tem como meta melhorar a vida das pessoas para que elas "se sintam mais seguras e mais felizes". A valorização dos servidores e dos juizes



Frederico Neves (C) foi recebido por Jozell Barros e Guilherme Machado

de 1º grau também está na pauta da nova presidência.

Segundo o desembargador, com 26 anos de magistério, o diagnóstico dos principais desafios do TJPE para esta gestão já

Cerimônia de posse vai ocorrer no dia 6 de fevereiro

está feito. "Todo esse esforço em torno da celeridade deve permitir que Pernambuco se destaque no cenário jurídico nacional. Audiência pela internet não é futuro, é presente. Precisamos quebrar paradigmas, porque se temos um Judiciário forte, tere-

mos retorno imediato dos investimentos externos e as indústrias vão querer investir ainda mais", reforçou. Hoje Pernambuco está no sexto lugar entre os estados brasileiros com crimes efetivamente julgados, destacou o novo presidente do TJPE.

O desembargador pretende dar continuidade ao trabalho de dialogar e sensibilizar os outros poderes. "Podemos dizer que o Poder Executivo e o Judiciário estão trabalhando na mesma harmonia e isso é muito positivo", ressaltou. A posse da nova mesa diretora ocorrerá no dia 6 de fevereiro, na sala de sessões desembargador Antonio de Brito Alves - Palácio da Justiça, no bairro de Santo Antônio. Frederico Neves foi eleito por unanimidade entre os magistrados, em novembro do ano passado.

“

Todo esse esforço em torno da celeridade deve permitir que Pernambuco se destaque no cenário jurídico nacional”

Frederico Neves,
novo presidente do TJPE

ALCIONE FERREIRA/DIÁRIA PRESS

Assunto: Menina vive trauma devido à exposição	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 28/01/2014
Editoria: CAPA	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**

Google View

Menina vive trauma devido à exposição

A garota flagrada trocando de roupa dentro de casa pelo Google Street View vive um pesadelo. Família não concorda com indenização de R\$ 25 mil e vai recorrer. VIDA URBANA C3

Assunto: Vida de menina virou pesadelo

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 28/01/2014

Editoria: VIDA URBANA

Seção:

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Vida de menina virou pesadelo

Criança fotografada trocando de roupa pelo Google Street View não vai à escola há mais de um ano e teve que se mudar

RAPHAEL GUERRA
raphaelguerra.pes@diario.com.br

Mais de um ano sem ir à escola, uma mudança forçada de endereço e um trauma difícil de superar. Os pais da criança de nove anos que teve a imagem exposta pelo Google Street View enquanto trocava de roupa dentro de casa contaram ao Diário detalhes sobre o pesadelo em que a vida da menina e do resto da família se transformou desde outubro de 2012, quando a publicação da imagem foi percebida. A criança, que na época em que foi fotografada tinha apenas sete anos, deixou de ir às aulas, passou a morar com parentes e está recebendo tratamento psicológico. Sair de casa virou um pesadelo. As lembranças de colegas de classe apontando para ela, rindo e dizendo que ela está "famosa" e "nua", atormentam os seus pensamentos, segundo os pais. Na semana passada, o juiz Rogério Lins e Silva, da 2ª Vara Cível da Capital, condenou o Google Brasil Internet a pagar indenização de R\$ 25 mil por danos morais. A família irá recorrer da decisão por acreditar que o valor deveria ser superior.

O pai da menina, um fiscal de loja de 41 anos, contou que a imagem foi captada em fevereiro de 2012. Oito meses depois, já podia ser vista na internet. Foi quando começaram as chacotas na escola e na rua onde a criança vivia. "Fizemos a re-

clamação ao Google, mas eles não retiraram a imagem. Tivemos que procurar o Conselho Tutelar, um advogado e a Justiça para que o problema fosse resolvido". Somente em janeiro do ano seguinte a fotografia foi embaçada pela empresa. "Minha mulher precisou sair do trabalho para cuidar dela. Foi um trauma muito grande".

A sentença do juiz foi publicada na última sexta-feira no Diário de Justiça Eletrônico. O Google tem 15 dias, a partir da notificação, para recorrer da decisão. No Tribunal de Justiça de Pernambuco, a empresa ainda é ré de pelo menos dez processos. Na época em que foi acionado para retirar a imagem, o Google Brasil alegou que qualquer pessoa viria a menina se passasse pela rua naquele momento. Também informou que o usuário pode solicitar que rostos e placas de veículos sejam borrados. O Diário tentou contato com a empresa, mas os e-mails enviados não foram respondidos.

O advogado Manoel Ferreira Moraes, que defende a criança, pontuou que "os danos causados foram grandes, por isso há necessidade de indenização com valor mais alto". Segundo ele, os R\$ 25 mil não dão sequer para o tratamento psicológico adequado da menina. "A família não tem condições financeiras. Vou pedir ao Tribunal de Justiça uma sentença mais justa", finalizou Moraes.

“

Ela não quer mais voltar para casa. Está morando com parentes”

pai da criança

entrevista >>> pai da vítima

“Mandaram uma carta e canecas”

Como o senhor soube que a imagem da sua filha trocando de roupa estava exposta na internet?

Em outubro de 2012, um vizinho mostrou a foto. Os coleguinhas dela também viram. Ela ficou muito traumatizada, sem querer ir para a rua, porque diziam que ela estava famosa por aparecer nua. Minha mulher teve que sair do trabalho para cuidar dela, sem contar o tratamento psicológico. Fizemos uma reclamação ao Google, mas eles demoraram muito para que a foto fosse embaçada. Isso só aconteceu porque a Justiça

determinou por carta precatória. Eles iam ter que pagar uma multa de R\$ 10 mil por dia.

O senhor considera que o valor de R\$ 25 mil de indenização por danos morais é baixo em relação ao trauma sofrido por sua filha?

Não tem dinheiro que pague o trauma, mas foi muito pouco o valor da indenização. Ela só tinha sete anos quando isso aconteceu. Na rua todo mundo sabe que é a minha filha que estava exposta na imagem da internet. Ela não quer mais voltar para casa. Está

morando na casa de parentes. Também deixou a escola por não aguentar as brincadeiras dos colegas. Vamos recorrer da decisão da Justiça para aumentar o valor.

Ao longo desse tempo, representantes do Google Brasil Internet chegaram a procurá-lo para dar assistência à criança?

Eles só mandaram uma carta pedindo desculpas pela fatalidade. No fim do ano, mandaram brindes, como canecas. Mas nunca entraram em contato para perguntar se minha filha precisava de ajuda.

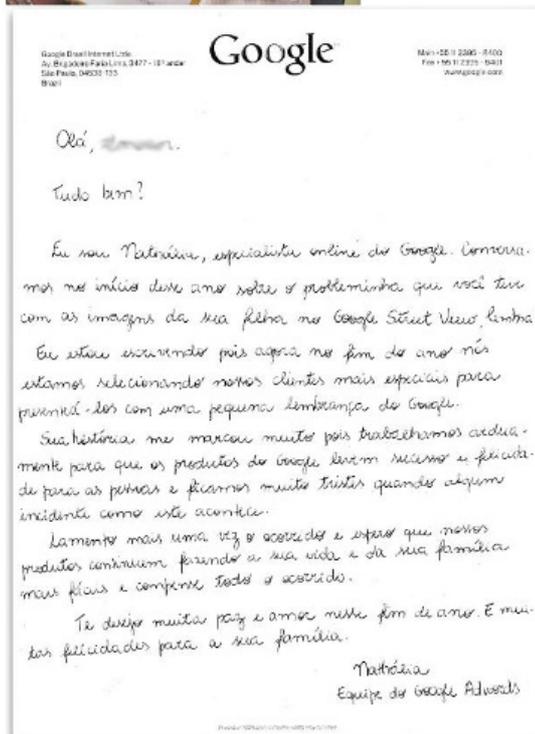


WANDO CHIAPPETTA/DI. A PRESS

WANDO CHIAPPETTA/DI. A PRESS



Pai e mãe da vítima, que hoje vivem separados da filha, lembram que o site demorou três meses para embaçar a imagem. Advogado informa que família pedirá indenização mais alta na Justiça



Carta manuscrita enviada pelo Google à família classifica episódio de "probleminha"

Assunto: Desejo de aproximar o TJPE do cidadão

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 28/01/2014

Editoria: POLÍTICA

Seção:

jornal do  commercio

Desejo de aproximar o TJPE do cidadão

JUSTIÇA Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves assume o tribunal no próximo dia 6 e quer estreitar a relação entre o Judiciário e a população pernambucana

Com o objetivo de estreitar a relação entre o Judiciário e os cidadãos de Pernambuco, o desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves assume no próximo dia 6 a presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Na mesma solenidade, no Palácio da Justiça, os desembargadores Leopoldo de Arruda Raposo, Fernando Eduardo de Miranda Ferreira e Eduardo Augusto Paurá Pires assumem, respectivamente, os assentos de primeiro vice-presidente, segundo vice-presidente e corregedor-geral da Justiça para o biênio 2014/2015.

Preocupado em democratizar o acesso à Justiça, Neves planeja instituir um modelo de gestão que permita ao cidadão conhecer melhor seus direitos e, assim, provocar mais o Judiciário, atacando o que ele chama de demandas reprimidas.

“O principal destinatário da função judicial é a população, que custeia o nosso trabalho. Quero sensibilizar os juizes para a necessidade de atendermos aos anseios da população, que clama pela Justiça, pela tutela jurisdicional efetiva”, destacou o desembargador, em visita à redação do **Jornal do Commercio**, onde foi recebido pelo diretor de Redação, Ivanildo Sampaio.

Frederico Ricardo de Almeida Neves alerta também para a necessidade de preenchimento dos cargos vagos de juiz. Atualmente são 204 postos. O desembargador coloca o problema como um dos grandes desafios a serem enfrentados pela nova presidência.

“Essas vagas em aberto são resultado de um desgaste no exercício da magistratura. Muitos não querem assumir o cargo porque a remuneração é muito baixa diante da responsabilidade de decidir sobre os rumos da vida de uma pessoa ou de uma empresa, por exemplo”, esclarece.

Para atacar o problema, o



PROJETOS Recebido por Ivanildo Sampaio (D), Frederico Neves falou dos planos para o TJPE

Futuro presidente, Frederico Neves quer sensibilizar os juizes para a necessidade de atender aos anseios da população

desembargador promete valorizar a magistratura de primeiro grau e ampliar vantagens pecuniárias de juizes e servidores. “Quero cada juiz em sua comarca. O cidadão precisa saber que ali, na sua cidade, tem um homem capaz de fazer cumprir a lei. Não podemos mais aceitar que um juiz acumule as comarcas de dois ou três municípios”, reclama.

Para isso, usará a expe-

riência que adquiriu no comando da corregedoria, onde implantou um projeto pioneiro no Brasil, chamado Mentoria, pelo qual juizes mais experimentados atuavam em conjunto com os mais jovens para produção de pareceres.

“Conseguimos aumentar a produtividade em 232% depois que formamos as duplas com os 32 novos juizes que assumiram de 2012 para 2013. Obtivemos mais segurança e rapidez nas decisões”, destaca.

Uma outra meta estabelecida pelo novo presidente do tribunal é a implantação do processo eletrônico em todo o Estado, a começar pela varas cíveis do Recife. “Essas comarcas tiveram um aumento significativo de demanda desde 2011. Por isso elas serão priorizadas. Em seguida, partiremos para uma atuação nas comarcas da Região Metropolitana até chegar a todo o Estado. Assumo com vontade política de atender os problemas do Poder Judiciário”, destaca.

HISTÓRICO

Em maio de 2002, Frederico Ricardo de Almeida Neves foi promovido a desembargador do tribunal. Ocupou os cargos de diretor do Centro de Estudos Judiciários do TJPE em duas gestões e de diretor presidente da Escola Superior da Magistratura no biênio 2008/2009. Ele também presidiu a Comissão da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), constituída para colaborar na elaboração do Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil.

É um dos responsáveis pela Regência teórica da disciplina de Direito Processual Civil do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Católica de Pernambuco, onde leciona desde 1988. Fez especialização em Ciências Jurídicas na Universidade Clássica de Lisboa/Portugal (1997/1998) e mestrado em Ciências Jurídicas na Universidade Clássica de Lisboa/Portugal, tendo se submetido a provas públicas, com êxito, em 2001.

Assunto: Dona de navio nega ter dívida	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 28/01/2014
Editoria: ECONOMIA	Seção:

jornal do  commercio

Dona de navio nega ter dívida

A Orient Queen Maritime Limited, empresa dona do navio Orient Queen II, retido no Porto do Recife desde o último dia 12, informou que o débito de quase R\$ 1 milhão pertence a Brazilian Cruises Representation (BCR). A dívida junto a Viarnav Navegação e Turismo Ltda, razão para retenção por liminar judicial da embarcação, refere-se aos serviços de “agenciamento marítimo”.

“A pretensão da Viarnav na ação judicial que move contra a Orient Queen Maritime Limited é indevida, como será demonstrado em juízo. A Orient Queen Maritime Limited, que sempre agiu com seriedade e boa fé, como faz nos diversos países em que atua, vem sofrendo inúmeros prejuízos com esta situação, tanto em termos de reputação quanto financeiros”, explicou a empresa. Procurada pela reportagem, a BCR não se pronunciou a respeito do tema. Do Recife, o navio seguiria para Natal, Fortaleza e Fernando de Noronha.

Assunto: O Íbis ganhou	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 28/01/2014
Editoria: OPINIÃO JC	Seção:

O Íbis ganhou

Aluisio Xavier

Há 25 anos e nove meses (abril/88) assumi um processo que se encontrava no início, substituindo o então advogado (substabelecimento sem reserva de poderes), tendo o meu cliente, já sob o meu patrocínio, ganho integralmente a causa.

Em agosto de 2005 iniciou-se o cumprimento da sentença, tanto do valor devido ao meu cliente quanto dos meus honorários advocatícios, decorrentes da vitória na ação. Posteriormente, porque o filho do cliente se tornou advogado, transferei amigavelmente o encargo de receber o crédito do cliente, ficando apenas responsável pela cobrança dos meus honorários. Dois fatos comprovam a extrema demora do processo: o filho do cliente, atualmente advogado, era criança no início da questão, e o juiz que deu a sentença é hoje o desembargador mais antigo do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Após muitas dificuldades, a empresa perdedora depositou o valor total da condenação, tendo sido autorizada a expedição de dois alvarás, um em favor do cliente, a ele pago, e outro em meu favor, relativo aos honorários, isto após a concordância do advogado que me sucedeu na cobrança do crédito do cliente e do advogado da empresa perdedora.

Surpreendentemente, um juiz que assumiu provisoriamente a vara onde tramitou o processo, cujo nome já não recordo, sem provocação alguma, revogou o despacho que autorizou o pagamento dos honorários em

meu favor, condicionando a expedição do alvará a que eu apresentasse a renúncia do advogado que me transferiu todos os poderes. Se tal não acontecesse, somente me seria paga a metade dos honorários.

Tive duas tristezas com a revogação: uma, mínima, decorrente da injustiça de que me senti vítima; a outra, profunda, ao constatar que, na revogação, um juiz de direito substituído da terceira entrância da Justiça Estadual de Pernambuco, que tanto admirei e que pretendo seja sempre da melhor qualificação, cometeu gravíssimos erros de português somente nas duas primeiras linhas do primeiro parágrafo do despacho.

Demonstrei ao citado juiz o equívoco da revogação, face ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça e porque eventual pretensão de recebimento dos honorários por parte de qualquer outro advogado estaria prescrita, mas ele manteve a sua decisão. Ainda peticionei pleiteando uma reapreciação, mas desisti, porque, embora não tendo dúvida do meu direito, concluí que estava gastando muita energia para receber honorários que se tornaram absolutamente vis pelo decurso do tempo, considerando que, havendo iniciado o meu trabalho no processo há 309 meses, ditos honorários correspondem hoje a um valor diário que não permite pagar um caldo de cana e um pão doce na praça de alimentação do Mercado de São José.

Assim, conforme petição que consta do processo, decidi receber a metade dos honorários e doá-la integralmente, após pagar o imposto de ren-

da.

Na ocasião, lembrei-me de que “o sofrimento é o intervalo entre duas felicidades”, conforme dizia Vinicius de Moraes. Já tinha tido uma felicidade (ganhar a questão para o cliente) e um sofrimento (injustamente ser privado dos honorários). Pensei noutra felicidade, para continuar dando razão ao Poetinha.

Como gosto de futebol e da atividade de formação de atletas, decidi doar a metade dos honorários que me sobraram a uma divisão de base de um clube pernambucano, tendo escolhido o Íbis Sport Club, o famoso Pássaro Preto, em razão do que consta na internet: “Se o time principal só deu vexame, as divisões inferiores, pelo menos, têm um passado mais glorioso. Foi no Íbis que começou Vavá, bi-campeão mundial em 1958 e 1962, a dar seus primeiros passos com a bola. Outros dois ex-jogadores de seleção brasileira que usaram a camisa rubro-negra foram o lateral santista Rildo, em 1959, e o meia direita Bodinho, sensação do Internacional de Porto Alegre, na década de 50.”

Se receber a outra metade dos meus honorários, cerca de R\$ 10 mil, também doarei integralmente, mas dessa vez para uma instituição responsável por cursos de aperfeiçoamento de magistrados, que são previstos na Constituição Federal. Será a terceira felicidade, mais do que imaginou Vinicius.

☎ **Aluisio Xavier** é advogado. Foi Presidente da OAB/PE e Conselheiro Federal da OAB

Assunto: Ação de improbidade contra 10 vereadores

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 28/01/2014

Editoria: POLÍTICA

Seção:

jornal do  commercio

Ação de improbidade contra 10 vereadores

CARUARU MPPE protocola ação civil pública contra legisladores acusados de cobrar propina à prefeitura. Segundo promotores, há provas suficientes. Investigação continua

Pedro Romero

promero@jc.com.br

CARUARU – O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) entrou com uma ação civil pública por improbidade administrativa contra os dez vereadores que estão sendo acusados de cobrar propina para aprovar projetos da Prefeitura de Caruaru. De acordo com os promotores Mavial de Souza e Bianca Stella, depois da ouvida dos parlamentares foram encontrados indícios suficientes para ajuizar o pedido junto à Vara da Fazenda Pública.

“Agora, o juiz que ficar responsável pelo caso vai notificar e ouvir os acusados. Depois de todos os procedimentos, será dada a sentença”, explicou a promotora Bianca Stella. Segundo ela, a ação do MPPE foi protocolada na última sexta-feira (24).

De acordo com a representante do MPPE, paralelo a isso, as investigações do inquérito civil continuam sendo realizadas pela promotoria e outras



Wagner Gil/Espejal para o JC

CRIMES Grupo é acusado de concussão, corrupção passiva e integrar organização criminosa

pessoas serão convocadas para depor. “Vamos ouvir as denúncias e outros fatos levantados pelos vereadores que estão sendo acusados. Têm mais fatos a investigar”, assegurou.

A promotora Bianca Stella já havia adiantado que vai notificar o secretário de Relações Institucionais, Marco Casé, e seu adjunto, Davi Cardoso. Casé foi o principal interlocutor da prefeitura nas conversas que foram gravadas pela Polícia Civil durante a operação

Ponto Final. Muitas das gravações e imagens foram feitas no escritório da Central de Abastecimento de Caruaru (Ceaca), onde ele é diretor. Já Davi Cardoso teve que prestar esclarecimentos na delegacia no dia 18 de dezembro, quando a operação foi desencadeada.

Estão sendo investigados os vereadores Evandro Silva (PMDB), Neto (PMN), Jajá (sem partido), Val das Rendieiras (PROS), Louro do Juá (DEM), Sivaldo Oliveira (PP),

Cecilio Pedro (PTB), Val (DEM), Eduardo Cantarelli (PROS) e Pastor Jadiel (PROS).

Eles são acusados de concussão, corrupção passiva e de integrar organização criminosa.

De acordo com a polícia, esses vereadores formaram um grupo com o objetivo de cobrar R\$ 2 milhões da prefeitura para aprovar o projeto de implantação do sistema de Bus Rapid Transit (BRT) em Caruaru, orçado em R\$ 250 milhões.

Assunto: Pedro Corrêa deverá ganhar R\$ 2,5 mil	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 28/01/2014
Editoria: POLÍTICA	Seção:



Pedro Corrêa deverá ganhar R\$ 2,5 mil

MIRELLA ARAÚJO

O ex-deputado federal Pedro Correa (PP) deverá aceitar o convite para trabalhar como médico radiologista em uma clínica privada no município de Garanhuns, onde ganhará um salário de R\$ 2.500. Transferido para o Centro de Ressocialização do Agreste (C.R.A), na cidade de Canhotinho - que fica cerca de uma hora de Garanhuns -, desde o dia 17 de janeiro, para cumprir a pena de sete anos e dois meses por envolvimento no escândalo do mensalão, Corrêa também recebeu convite para estudar na

Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns (AESGA).

De acordo com o prefeito da cidade, Izaías Régis (PTB), que é amigo do filho do reeducando, Fábio Corrêa, o ex-presidente nacional do PP "não é nenhum bandido e merece ter a oportunidade de voltar a trabalhar". "Temos que ter sensibilidade neste caso, e achei mais do que obrigação fazer esse convite", disse o gestor. Afastado da profissão por mais de 30 anos - desde seu primeiro mandato parlamentar - Pedro Corrêa não é obrigado por lei a fazer uma reciclagem para

voltar a atuar como médico, no entanto, Régis, afirma que irá oferecer toda a assistência para que ele se atualize dos procedimentos atuais. "Acredito que ele possa dar um laudo, tem muita coisa que a gente não esquece e a chapa para exames é a mesma. De qualquer forma vamos dar toda assistência que ele precisar", explicou o prefeito.

Responsável pela defesa de Corrêa, o advogado Plínio Nunes confirmou o convite, mas ainda não fez o pedido oficialmente à Justiça e preferiu não dar detalhes da negociação. Nunes ainda aguarda a

transferência do processo da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP) para a 3ª Vara de Execuções Penais de Caruaru, ser autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Espera também o ofício (por carta precatória) da multa de R\$ 1,6 milhão que deve ser paga num prazo de dez dias após a intimação.

Ontem, o juiz da 1ª Vara, Luiz Rocha, computou no processo os dias em que o ex-parlamentar realizou trabalhos administrativos enquanto esteve preso na Penitenciária da Papuda, em Brasília. Cada dia trabalhado, o reeducando diminuiu um dia da pena.

Assunto: Nova mesa diretora do TJPE	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 28/01/2014
Editoria:	Seção:

DIARIO de PERNAMBUCO
.com.br

TJPE »

Frederico Neves vai priorizar celeridade na gestão do TJPE

Novo presidente do TJPE já programa as ações que pretende implementar durante sua administração



Frederico Neves (C) foi recebido por Joezil Barros e Guilherme Machado foto: Alcione Ferreira/DP/D.A PRESS

Prestes a assumir a presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o desembargador e ex-corregedor-geral da instituição Frederico Ricardo de Almeida Neves está cheio de planos para o biênio 2014-2015. Os seus projetos se pautam em dar maior celeridade ao Poder Judiciário. A mesa diretora só toma posse no dia 6 de fevereiro, mas, na agenda, já estão programadas ações como o provimento dos 204 cargos vagos de juiz no estado e a expansão do processo judicial eletrônico em todas as varas estaduais. Ao lado do desembargador também assumem, de forma inédita, em Pernambuco, dois vice-presidentes do TJPE: Leopoldo Raposo e Fernando Ferreira. Já na corregedoria-geral será empossado o desembargador Eduardo Paurá Peres.

Em visita à sede dos Diários Associados no Nordeste, onde foi recebido pelo presidente Joezil Barros e pelo diretor-geral Guilherme Machado, Frederico Neves explicou suas propostas. “Trabalho em cima de três pilares: celeridade, luta intransigente contra a corrupção e atendimento da demanda reprimida para aproximar o Judiciário dos cidadãos”, afirmou. Segundo ele, o serviço judicial tem como meta melhorar a vida das pessoas para que elas “se sintam mais seguras e mais felizes”. A valorização dos servidores e dos juízes de 1º grau também está na pauta da nova presidência.

Segundo o desembargador, com 26 anos de magistério, o diagnóstico dos principais desafios do TJPE para esta gestão já está feito. “Todo esse esforço em torno da celeridade deve permitir que Pernambuco se destaque no cenário jurídico nacional.

Audiência pela internet não é futuro, é presente. Precisamos quebrar paradigmas, porque se temos um Judiciário forte, teremos retorno imediato dos investimentos externos e as indústrias vão querer investir ainda mais”, reforçou. Hoje Pernambuco está no sexto lugar entre os estados brasileiros com crimes efetivamente julgados, destacou o novo presidente do TJPE.

O desembargador pretende dar continuidade ao trabalho de dialogar e sensibilizar os outros poderes. “Podemos dizer que o Poder Executivo e o Judiciário estão trabalhando na mesma harmonia e isso é muito positivo”, ressaltou. A posse da nova mesa diretora ocorrerá no dia 6 de fevereiro, na sala de sessões desembargador Antonio de Brito Alves - Palácio da Justiça, no bairro de Santo Antônio. Frederico Neves foi eleito por unanimidade entre os magistrados, em novembro do ano passado.

Assunto: Ação de improbidade administrativa - Comarca de Caruaru	
Veículo: jconline.com.br	Data: 28/01/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

MPPE ingressa ação de improbidade contra 10 vereadores de Caruaru

Ministério Público protocola ação civil pública contra legisladores acusados de cobrar propina à prefeitura. Segundo promotores, há provas suficientes. Investigação continua



Vereadores são acusados de concussão, corrupção passiva e integrar organização criminosa

CARUARU - O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) entrou com uma ação civil pública por improbidade administrativa contra os dez vereadores que estão sendo acusados de cobrar propina para aprovar projetos da Prefeitura de Caruaru.

De acordo com os promotores Mavíael de Souza e Bianca Stela, depois da ouvida dos parlamentares foram encontrados indícios suficientes para ajuizar o pedido junto à Vara da Fazenda Pública.

“Agora, o juiz que ficar responsável pelo caso vai notificar e ouvir os acusados. Depois de todos os procedimentos, será dada a sentença”, explicou a promotora Bianca Stella. Segundo ela, a ação do MPPE foi protocolada na última sexta-feira (24). De acordo com a representante do MPPE, paralelo a isso, as investigações do inquérito civil continuam sendo realizadas pela promotoria e outras pessoas serão convocadas para depor. “Vamos ouvir as denúncias e outros fatos levantados pelos vereadores que estão sendo acusados. Têm mais fatos a investigar”, assegurou.

A promotora Bianca Stella já havia adiantado que vai notificar o secretário de Relações Institucionais, Marco Casé, e seu adjunto, Davi Cardoso. Casé foi o principal interlocutor da prefeitura nas conversas que foram gravadas pela Polícia Civil durante a operação Ponto Final. Muitas das gravações e imagens foram feitas no escritório da Central de Abastecimento de Caruaru (Ceaca), onde ele é diretor. Já Davi Cardoso teve que prestar esclarecimentos na delegacia no dia 18 de dezembro, quando a operação foi desencadeada.

Estão sendo investigados os vereadores Evandro Silva (PMDB), Neto (PMN), Jajá (sem partido), Val das Rendeiras (PROS), Louro do Juá (DEM), Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Eduardo Cantarelli (PROS) e Pastor Jadiel (PROS). Eles são acusados de concussão, corrupção passiva e de integrar organização criminosa.

De acordo com a polícia, esses vereadores formaram um grupo com o objetivo de cobrar R\$ 2 milhões da prefeitura para aprovar o projeto de implantação do sistema de Bus Rapid Transit (BRT) em Caruaru, orçado em R\$ 250 milhões.

Assunto: Futuro presidente do TJPE	
Veículo: jconline.com.br	Data: 28/01/2014
Editoria:	Seção:

jornal do  commercio

JUDICIÁRIO

Futuro presidente do TJPE deseja aproximar a Justiça do cidadão

Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves assume o tribunal no próximo dia 6 e quer estreitar a relação entre o Judiciário e a população pernambucana



Com o objetivo de estreitar a relação entre o Judiciário e os cidadãos de Pernambuco, o desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves assume no próximo dia 6 a presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Na mesma solenidade, no Palácio da Justiça, os desembargadores Leopoldo de Arruda Raposo, Fernando Eduardo de Miranda Ferreira e Eduardo Augusto Paurá Peres assumem, respectivamente, os assentos de

primeiro vice-presidente, segundo vice-presidente e corregedor-geral da Justiça para o biênio 2014/2015.

Preocupado em democratizar o acesso à Justiça, Neves planeja instituir um modelo de gestão que permita ao cidadão conhecer melhor seus direitos e, assim, provocar mais o Judiciário, atacando o que ele chama de demandas reprimidas.

“O principal destinatário da função judicial é a população, que custeia o nosso trabalho. Quero sensibilizar os juízes para a necessidade de atendermos aos anseios da população, que clama pela Justiça, pela tutela jurisdicional efetiva”, destacou o desembargador, em visita à redação do Jornal do Commercio, onde foi recebido pelo diretor de Redação, Ivanildo Sampaio.

Frederico Ricardo de Almeida Neves alerta também para a necessidade de preenchimento dos cargos vagos de juiz. Atualmente são 204 postos. O desembargador coloca o problema como um dos grandes desafios a serem enfrentados pela nova presidência. “Essas vagas em aberto são resultado de um desgaste no exercício da magistratura. Muitos não querem assumir o cargo porque a remuneração é muito baixa diante da responsabilidade de decidir sobre os rumos da vida de uma pessoa ou de uma empresa, por exemplo”, esclarece.

Para atacar o problema, o desembargador promete valorizar a magistratura de primeiro grau e ampliar vantagens pecuniárias de juízes e servidores. “Quero cada juiz em sua comarca. O cidadão precisa saber que ali, na sua cidade, tem um homem capaz de fazer cumprir a lei. Não podemos mais aceitar que um juiz acumule as comarcas de dois ou

três municípios”, reclama. Para isso, usará a experiência que adquiriu no comando da corregedoria, onde implantou um projeto pioneiro no Brasil, chamado Mentoria, pelo qual juízes mais experimentados atuavam em conjunto com os mais jovens para produção de pareceres. “Conseguimos aumentar a produtividade em 232% depois que formamos as duplas com os 32 novos juízes que assumiram de 2012 para 2013. Obtivemos mais segurança e rapidez nas decisões”, destaca.

Uma outra meta estabelecida pelo novo presidente do tribunal é a implantação do processo eletrônico em todo o Estado, a começar pela varas cíveis do Recife. “Essas comarcas tiveram um aumento significativo de demanda desde 2011. Por isso elas serão priorizadas. Em seguida, partiremos para uma atuação nas comarcas da Região Metropolitana até chegar a todo o Estado. Assumo com vontade política de atender os problemas do Poder Judiciário”, destaca.

HISTÓRICO

Em maio de 2002, Frederico Ricardo de Almeida Neves foi promovido a desembargador do tribunal. Ocupou os cargos de diretor do Centro de Estudos Judiciários do TJPE em duas gestões e de diretor presidente da Escola Superior da Magistratura no biênio 2008/2009. Ele também presidiu a Comissão da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), constituída para colaborar na elaboração do Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil. É um dos responsáveis pela Regência teórica da disciplina de Direito Processual Civil do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Católica de Pernambuco, onde leciona desde 1988. Fez especialização em Ciências Jurídicas na Universidade Clássica de Lisboa/Portugal (1997/1998) e mestrado em Ciências Jurídicas na Universidade Clássica de Lisboa/Portugal, tendo se submetido a provas públicas, com êxito, em 2001.

Assunto: Mutirão Arquivo Zero	
Veículo: jconline.com.br	Data: 28/01/2014
Editoria:	Seção:

jornal do  commercio

TJPE

Mutirão para acelerar julgamento de crimes cometidos contra mulheres

Mutirão Arquivo Zero é parte do programa Justiça para as Mulheres: Agora e Sempre

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) lançou nesta segunda-feira (27) o Mutirão Arquivo Zero, em comemoração pelos quatro anos de atuação da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Capital. O objetivo é acelerar o julgamento dos crimes cometidos contra as mulheres pernambucanas.

O Mutirão Arquivo Zero é parte do programa Justiça para as Mulheres: Agora e Sempre. A iniciativa foi elaborada pela Câmara Técnica de Enfrentamento da Violência de Gênero contra as Mulheres do Pacto pela Vida. "Esse mutirão é muito bem vindo. Nós estamos imbuídos nesse propósito de chegar ao arquivo zero nessa unidade judiciária. Isso é em prol do povo pernambucano, que é o principal destinatário do serviço judicial", destacou o corregedor geral de Justiça e presidente eleito do TJPE, Frederico Neves.

Atualmente são 11.778 ações judiciais na 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Destas, 7.995 tratam de medidas protetivas urgentes.

ATUAÇÃO - A 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Capital é coordenada pela juíza Marylúcia Feitosa. "Desde a instalação das duas Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, o Judiciário Pernambucano tem caminhado a passos largos na direção da modernidade e aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no tocante ao enfrentamento a esse tipo de violência criando mais cinco unidades do mesmo gênero", disse.